

Diálogos para Defesa da Indústria

O combate à falsa declaração de origem

Márcio Luiz de Freitas Naves de Lima
Coordenador-Geral de Disciplinas Comerciais
Departamento de Negociações Internacionais

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior

Investigação de Origem não Preferencial

- 1. Contextualização, Resolução CAMEX 80/2010, Lei 12.546/2011.**
- 2. Falsa declaração de origem *versus* circunvenção: quadro- resumo;**
- 3. Lei 12.546/2011 e Portaria SECEX 39/2011: definições, processo de investigação e resultados iniciais.**

Lei Nº 12.546/ 2011

Art. 33. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Secex, no âmbito de suas competências, promoverão a verificação de origem não preferencial sob os aspectos da autenticidade, veracidade e observância das normas previstas nos arts. 28 a 45 desta Lei ou em seus regulamentos.

Lei Nº 12.546/ 2011

Art. 36. Compete à Secex realizar a verificação de origem não preferencial, mediante denúncia ou de ofício, na fase de licenciamento de importação.

**Investigação de Origem Não-Preferencial
(Lei 12.546/2011)**

≠

**Investigação de Origem Preferencial
(Acordos Comerciais)**

RESOLUÇÃO CAMEX Nº 80/2010

As regras de origem não preferenciais serão utilizadas em todos os instrumentos não preferenciais de política comercial, **exceto nas situações previstas na Res. CAMEX nº 63, de 17/08/2010.**

Falsa Declaração de Origem X Circunvenção

	<u>Falsa Declaração de Origem</u>	<u>Circunvenção</u>
Natureza	Prática Ilegal	Prática Desleal
Consequência	Indeferimento da LI	Extensão do direito antidumping
Status	<p>1ª Investigação Concluída (ímãs de ferrite em forma de anel),</p> <p>14 investigações concluídas (íma de ferrite, lápis de madeira, escova de cabelo e magnésio metálico) e 6 em curso.</p>	<p>Duas Investigações concluídas (cobertores e calçados, cabedais e componentes)</p> <p>Não há investigação em curso</p>
Investigador	DEINT	DECOM
Base Legal	<p>Resolução Camex</p> <p>nº 80/2010 e Lei 12.546/2011</p>	<p>Resolução Camex</p> <p>nº 63/2010</p>

Lei 12.546/2011

País de Origem:

I – Onde houver sido produzida (produtos totalmente obtidos; produtos elaborados integralmente no território do país, quando em sua elaboração forem utilizados, única e exclusivamente, materiais dele originários).

II – Onde houver recebido transformação substancial (produtos em cuja elaboração forem utilizadas materiais não originários, quando resultantes de um processo que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados em uma posição tarifária diferente da posição dos mencionados materiais).

Processo de investigação

- **Durante o Processo: Lei 12.546/2011**

Art. 38 - A licença de importação do produto objeto da investigação não será deferida até a conclusão do processo de investigação

- **Conclusão do Processo:**

Art.37 - Indeferimento da LI da(s) empresa(s) investigada(s) em caso de comprovação de falsa declaração de origem

- **Após a conclusão do Processo:**

Extensão da investigação a outros exportadores do produto investigado do mesmo país e a terceiros países.

Processo de investigação

Fases:

- i) Instauração de ofício ou mediante provocação por interessado
- ii) Instrução
 - questionário
 - investigação *in loco*
- iii) Relatório preliminar
- iv) Apresentação de defesa
- v) Relatório final
- vi) Portaria SECEX contendo a decisão final

Processo de investigação

Requisitos mínimos para abertura de investigação:

- ✓ código(s) da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) do produto;
- ✓ descrição pormenorizada do produto, contendo suas características principais e destinação de uso, quando for o caso;
- ✓ descrição pormenorizada dos fatos, indicando o país de exportação de cada produto;
- ✓ descrição pormenorizada dos processos produtivos para a fabricação de cada produto com destaques para a utilização dos insumos;

Processo de investigação

Requisitos mínimos para abertura de investigação:

- ✓ NCM dos insumos utilizados na fabricação de cada produto;
- ✓ alteração nos fluxos comerciais do produto nos últimos 10 anos e, especialmente, aquelas ocorridas após o início do procedimento que deu origem à aplicação da medida de defesa comercial ou à última prorrogação desta quando houver;
- ✓ informação sobre a produção mundial de cada produto, sempre que possível;

Processo de investigação

Requisitos mínimos para abertura de investigação:

- informações sobre o preço de cada produto no país onde é aplicada a medida de defesa comercial, no país exportador, objeto da investigação, e no Brasil, sempre que possível;
- informação sobre os canais de distribuição e importadores de cada produto, sempre que possível; e
- informação sobre existência de capacidade instalada e de volume de produção do produto no país de exportação, sempre que possível.

PORTARIA SECEX nº 25 (09/08/2011)

Encerramento da 1ª investigação

Os **ímãs permanentes de ferrite** (cerâmico), em forma de anel, classificados na NCM 8505.19.10, exportados pela empresa Le Grand Corp. **não cumprem com as condições necessárias para serem considerados originários de Taipé Chinês.**

As licenças de importação solicitadas pelos importadores brasileiros referentes ao produto em questão, do referido exportador, da referida origem, **serão indeferidas**, tendo em vista a conclusão do processo de verificação e controle de origem realizado pelo Departamento de Negociações Internacionais.

Investigação de Origem não Preferencial

Investigações de Origem não Preferenciais		
Produto	País	Medida Aplicada
Imã de Ferrite	Taiwan	Portaria SECEX nº 25, de 9/8/2011
Imã de Ferrite	Taiwan	Portaria SECEX nº 33, de 23/09/2011
Lápis de Madeira	Taiwan	Portaria SECEX nº 41, de 05/12/2011
Escova de Cabelo	Taiwan	Circular nº 66, de 12/12/2011
Escova de Cabelo	Taiwan	Portaria SECEX nº 44, de 15/12/2011
Lápis de Madeira	Taiwan	Portaria SECEX nº 47, de 28/12/2011
Lápis de Madeira	Taiwan	Portaria SECEX nº 3, de 17/01/2012
Lápis de Madeira	Taiwan	Portaria SECEX nº 4, de 24/01/2012
Magnésio Metálico	Taiwan	Portaria SECEX nº 8, de 08/03/2012
Magnésio Metálico	Japão	Portaria SECEX nº 12, de 5/4/2012
Calçado	Malásia	Portaria SECEX nº 30, de 31/8/2012
Lápis de Madeira	Taiwan	Portaria SECEX nº 31, de 20/09/2012
Imã de Ferrite	Índia	Portaria SECEX nº 33, de 24/09/2012
Imã de Ferrite	Coréia do Sul	Portaria SECEX nº 35, de 27/09/2012

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3416>

Muito obrigado!

Márcio Luiz de Freitas Naves de Lima

Departamento de Negociações Internacionais
Secretaria de Comércio Exterior
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior